

Políticas de Reabilitação Psicossocial e as Oficinas de Trabalho

Raquel Silva Caetano

Faculdade de Terapia Ocupacional
Centro de Ciências da Vida – CCV
e-mail: raquelscaetano@yahoo.com.br.

Prof. Dr. Fábio Bruno de Carvalho

Saúde Mental, Terapia Ocupacional e Perspectivas
de Formação
Centro de Ciências da Vida – CCV
e-mail: carvalho1@mpcnet.com.br.

RESUMO

A Reabilitação Psicossocial é um movimento técnico e político da década de 90, derivado das transformações na Saúde Mental e surge como uma necessidade ética de mudanças nas políticas dos serviços de saúde mental. A partir disto, buscou-se analisar a evolução da produção científica relacionada às políticas nacionais e internacionais voltadas à Reabilitação Psicossocial e as Oficinas de Trabalho. Utilizou-se como método de pesquisa a revisão sistemática, através do uso de livros, teses, artigos publicados em revistas especializadas, bases de dados da BVS/Bireme, documentos governamentais do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde, que discutissem a evolução e as transformações das políticas de Reabilitação Psicossocial e Oficinas de Trabalho. Foram encontrados 6 artigos de revisão relacionados à saúde mental, 39 descreviam experiências práticas e 23 abordavam políticas de saúde mental. Verificou-se uma evolução significativa da produção científica sobre a reabilitação psicossocial e as oficinas de trabalho a partir de 2001. Contudo, observou-se que a produção de textos de revisão e de políticas existentes sobre essa temática ainda é escassa no Brasil. Ainda faltam políticas públicas que ajudem na regulamentação das oficinas de trabalho no campo da saúde mental.

Palavras-chave: *Oficinas de Trabalho, Reabilitação Psicossocial, Políticas de Saúde.*

Área do conhecimento: *Ciências da Saúde – Fisioterapia e Terapia Ocupacional – CNPq.*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa de revisão bibliográfica sobre as políticas de reabilitação psicossocial e as oficinas de trabalho, vinculada ao projeto de Iniciação Científica da PUC-Campinas (PIC) e as pesquisas desenvolvidas por

docentes da Universidade, orientadores deste programa.

Nesta pesquisa utilizou-se do método de revisão sistemática que se referem às pesquisas em fontes de dados de literaturas sobre um tema específico. Esse tipo de pesquisa oferece um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada^[1].

A revisão sistemática difere da metanálise, visto que a primeira “é um tipo de investigação científica que tem por objetivo reunir, avaliar criticamente e conduzir uma síntese dos resultados de múltiplos estudos primários” e a segunda se propõe a realizar uma “análise estatística de uma coleção de resultados de estudos individuais, com o objetivo de integrar os resultados”^[2].

No Brasil, a Reforma Psiquiátrica aconteceu a partir da segunda metade da década de 70, culminando na I Conferência Nacional de Saúde Mental (CNSM), em 1987, que resultou na proposição da descentralização das maneiras de se tratar a loucura utilizadas pelas instituições e pela sociedade, criando-se a desinstitucionalização.

Nos EUA as iniciativas de reinserção social, surgiram nos anos 50, a partir de programas sócio-comunitários.

Na França, aconteceram movimentos de crítica à estrutura asilar e num segundo momento com a Psiquiatria de Setor se procurou criar um modelo que fosse capaz de resolver os problemas médicos, jurídicos e sociais e também cuidar das necessidades psiquiátricas.

Na Inglaterra os hospitais psiquiátricos trabalhavam de forma integrada com os centros comunitários, transferindo seus pacientes para rede alternativa, reintegrando-os na sociedade e na família.

Na Itália, em 1978 o movimento de desinstitucionalização visava desvincular a imagem do doente mental como causador de transtornos sociais.

Outro marco importante para a consolidação da Reforma Psiquiátrica Brasileira foi a Declaração

de Caracas de 1990, que propunha a superação do modelo do hospital psiquiátrico e a luta contra os abusos e a exclusão das pessoas com transtornos mentais.

Dois anos após a Declaração de Caracas foi realizada a II CNSM. Nela discutiu-se a atenção integral e a cidadania na perspectiva da municipalização.

Em 2001, após tramitação no Congresso Nacional foi sancionada a Lei Federal 10.216, em dezembro, desse mesmo ano, realizou-se a III CNSM, em que surgiu uma nova reorientação para o modelo assistencial, bem como, para o financiamento das ações em saúde mental, e a implantação dos serviços extra-hospitalares, como suporte para desinstitucionalização.

2.METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão sistemática. Foram analisados livros, teses, artigos publicados em revistas especializadas e nas bases de dados da BVS/Bireme, documentos governamentais do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde, que discutissem a evolução e as transformações das políticas de Reabilitação Psicossocial e as Oficinas de Trabalho. Utilizou-se os seguintes descritores: “oficinas de trabalho”, “oficinas de trabalho protegido”, “reabilitação”, “saúde mental”, “serviços de saúde mental”, “desinstitucionalização” e “políticas públicas de saúde”,

A amostra de textos publicados compreendeu o período de 1981 a 2008, sendo descartados trabalhos mimeografados. O período delimitado representa o início da Reforma Psiquiátrica no Brasil e os resultados da sua evolução até 2008.

Além de pesquisas em bases de dados em língua portuguesa e castelhana, utilizou-se também a Medline da BSV/Bireme como fonte para artigos produzidos em língua inglesa, de forma a ampliar o campo de investigação.

3.RESULTADOS

Na coleta de dados realizada junto à base de dados da BVS/Bireme foram encontrados 57 artigos relacionados à temática pesquisada. Na Biblioteca Cochrane foram identificados 2 arquivos. Dos 440 arquivos encontrados na Lilacs apenas 17 eram relevantes para esta pesquisa e na Medline 9 artigos. Nos documentos da Organização Mundial de Saúde encontrou-se 9 arquivos e apenas um relacionado à temática investigada. Na Scielo

identificou-se 137 arquivos, dos quais 28 eram pertinentes à pesquisa.

No total, foram encontrados 100 artigos com relevância para esta investigação.

Tabela 1 – Tipo de Publicações

Tipo de Publicação	Número de Artigos
Artigos Indexados	52
Dissertação de mestrado	4
Teses de doutorado	1
Livros	1
Capítulos de Livros	28
Publicações Governamentais	14
Total	100

Verificou-se que é pequena a quantidade de dissertações e teses de mestrado e doutorado relacionadas à Reabilitação Psicossocial e as oficinas de trabalho em saúde mental, embora exista um aumento significativo de artigos e capítulos de livros.

Vale ressaltar que foi encontrado um livro de caráter monográfico específico sobre oficinas, escrito por uma única autora, e outro composto por 21 capítulos escritos por diversos autores a respeito das oficinas terapêuticas. E outros 6 livros com capítulos relacionados à mesma temática. Além disso, encontrou-se algumas publicações governamentais.

O idioma predominante dos artigos publicados era em língua portuguesa, sendo 81 de um total de 100, o que demonstra a existência de uma preocupação no país com as questões da Reabilitação Psicossocial e das oficinas de trabalho.

Tabela 2 – Período de publicação dos artigos

Período de Publicação	Número de Artigos
1981 - 1990	4
1991 - 2000	17
2001 - 2008	79
Total	100

No período de 1981 a 1990 verificou-se um pequeno número de publicações, devido ao fato das transformações na saúde mental estarem se iniciando no Brasil. Os anos de 1991 a 2000 foi um período em que se um aumento da produção científica no país em todas as áreas no país^[3].

Entre 2001 e 2008 viu-se um aumento acentuado de todos os tipos de publicações relacionadas à Reabilitação Psicossocial, sejam elas voltadas tanto as discussões teórico-conceituais, descrições de experiências, política, quanto aos artigos de revisão.

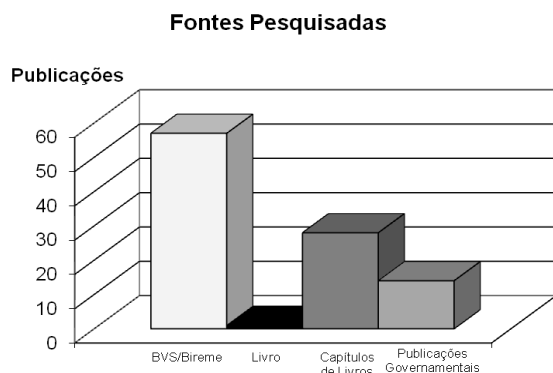


Figura 1 – Fontes Pesquisadas

Na BVS/Bireme foram encontradas 57 publicações indexadas sobre políticas de reabilitação psicossocial e as oficinas de trabalho.

O Ministério da Saúde, no Brasil, tem sido responsável também pelo aumento das publicações sobre a Reabilitação Psicossocial e as oficinas de trabalho, principalmente relacionadas às políticas de saúde mental, prioritariamente no período de 2001 a 2008 (figura 1).

Os artigos encontrados apresentavam quatro tipos de temáticas predominantes, conforme as tabelas 3 e 4.

Tabela 3 – Temática prioritária nos artigos

Temática Prioritária	Número de Artigos
Histórico-Conceitual	32
Relatos de experiências	39
Política	23
Artigos de Revisão	6
Total	100

Tabela 4 – Temática Prioritária - Política

		Percentual	
Temática Prioritária	1. Política		23%
		1.1 Políticas Gerais	57%
		1.2 Políticas Específicas	39%
		1.2.1 Saúde mental	78% desta categoria
		1.2.2 Oficinas de Trabalho	22% desta categoria
		1.3 Legislação	4%
Período de Publicação		1980-1990	4%
		1991-2000	26%
		2001-2008	70%

Da totalidade dos textos, apenas 23% abordavam políticas de saúde, sendo que destes 77,8% abordavam políticas de saúde mental. Os relatos de experiências aparecem em 39% das publicações, em sua maioria, encontradas revistas especializadas ou indexadas nas bases de dados da BSV/Bireme. Verificou-se, ainda que 70% destes artigos foram produzidos no período de 2001 a 2008. Percebeu-se também que os relatos de experiências de oficinas com doentes mentais são em número mais elevado do que aqueles referentes às oficinas com deficientes mentais. Todos os relatos de experiências em língua portuguesa relacionam-se a oficinas oferecidas para doentes mentais.

4.DISSCUSSÃO

Os artigos de revisão relevantes a esta pesquisa surgiram a partir do ano de 2001. A revisão realizada por Kantorski em 2001 destaca que as publicações referentes à Reabilitação Psicossocial têm tomado grande dimensão no Brasil, uma vez que, suas análises basearam-se prioritariamente em textos produzidos por autores brasileiros, corroborando os achados desta pesquisa^[4]. Em outro artigo em 2002, os autores ressaltam as reflexões teóricas a partir de relatos de experiências, que revelavam uma diversidade de experiências da reforma em várias regiões do Brasil^[5]. Aparece nos artigos revisados uma preocupação em mostrar as especificidades locais em contraste com grandes experiências vivenciadas no Brasil e no mundo.

Passos, revelou uma evolução da produção científica sobre a Reforma Psiquiátrica no Brasil, fato também constatado neste investigação^[3]. Seu estudo destaca-se também por ser relativo apenas as publicações brasileiras e mostra concordância com Kantorski^[4], ao demonstrar o interesse crescente no Brasil em se estudar a Saúde Mental, a Reforma Psiquiátrica e a Reabilitação Psicossocial.

Os estudos realizados por Ruddy e Milnes^[6] e Abbass et. al^[7] possuem uma característica peculiar aos demais estudos de revisão, pois são estudos de revisões sistemáticas com metanálise e a identificação com a temática desta pesquisa é apenas parcial, mas apontam para inexistência de revisões metanalíticas neste campo.

A pesquisa realizada de Ribeiro revelou que as oficinas tem sido um veículo importante no processo de reinserção social das pessoas com transtornos mentais^[8]. Em concordância com os achados deste estudo e com o de Kantorski et. al^[5],

Ribeiro^[8] também ressaltou o fato de haver um grande número de textos relacionados a relatos de experiências quando investigou a temática das oficinas de trabalho.

O aumento das publicações no Brasil referentes às políticas de reabilitação psicossocial e as oficinas de trabalho coincidentemente aconteceram depois da aprovação da Lei 10.216/01, que legalizou os equipamentos extra-hospitalares de assistência à saúde, dentre eles as oficinas de trabalho, portanto um marco histórico em que se vê o aumento de todos os tipos de publicações neste campo, especificamente as de âmbito político, através de publicações governamentais.

No contexto internacional os textos produzidos são, de maneira geral, relatos de experiências em oficinas ligadas à profissionalização e inclusão no mercado de trabalho de deficientes mentais, diferentemente dos textos nacionais que consideram as oficinas como um meio facilitador e catalisador do processo de reabilitação, a partir de articulação com redes sociais^[8]. Michon et. al^[9], descrevem em seu artigo, que a acessibilidade dos doentes mentais às oficinas protegidas é muito menor do que a garantida às pessoas com deficiência física e intelectual e ressaltam também que, em sua maioria, tais oficinas davam ênfase aos objetivos sociais e o período de espera por vaga era bem maior.

Ribeiro lembra ainda que as oficinas além de serem um dos meios que favorecem o processo de reabilitação, devem auxiliar no reconhecimento social das pessoas e do seu trabalho, do processo de produção e dos produtos obtidos. Nesta perspectiva, é necessário que o produto final seja socialmente aceitável, sendo, portanto um meio de geração de renda àqueles que o produzem^[8].

Nesse sentido, Alcântara compartilha da mesma idéia de Ribeiro, e acrescenta que existe a necessidade de se mudar o foco das oficinas^[10] ^[8]. Ao invés de preparar e tornar os usuários das oficinas competitivos no mercado de trabalho formal seria necessário tornar os produtos e as mercadorias produzidas nas oficinas competitivas no mercado. Além disso, as oficinas de trabalho devem basear-se no princípio do cooperativismo, cujas decisões são tomadas de forma democrática.

De outra maneira, as oficinas devem ajudar na construção de um processo de produção de sentidos, de modo que esta produção singularize existências e legitimem a vida dos oficineiros^[11].

Além disso, dentro das alternativas de reabilitação pelo trabalho, existem os CECCOs – Centros de Convivência e Cooperativas –, que são locais abertos a todas as pessoas e são espaços

de aproximação da população excluída da população comum. Nesses locais são desenvolvidas atividades denominadas de oficinas, cuja finalidade é a de propiciar espaços para novas relações de convivência entre sujeitos^[11].

O que se é um processo crescente de criação de alternativas de formas favorecedoras a reabilitação psicossocial seguindo as diretrizes da III CNSM, no sentido de se implementar políticas públicas que garantam e consolidem a criação de Programas de Geração de Renda e Trabalho, de Cooperativas e Associações de Usuários, de modo a apoiar a inclusão social e comunitária dos usuários e estimular também a gestão de suas próprias vidas.

5.CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi o de realizar um estudo sobre as políticas de Reabilitação Psicossocial e as Oficinas de Trabalho, com vistas a analisar e descrever a evolução da produção de textos sobre as políticas nacionais e internacionais relacionadas à reabilitação psicossocial e também identificar e analisar criticamente as repercussões das políticas para reabilitação psicossocial no âmbito das oficinas de trabalho.

Esta pesquisa possibilitou a identificação de um aumento significativo da produção científica sobre a reabilitação psicossocial e as oficinas de trabalho, a partir do ano de 2001. Houve um pequeno número de publicações que discutia a fundamentação teórico-metodológica das oficinas preocupadas em afirmar sua eficácia, dessa forma, estimular a criação de políticas que favoreçam a evolução das oficinas de trabalho no Brasil. Em contrapartida, existe um número pequeno de publicações que tratem especificamente as políticas de reabilitação psicossocial e as oficinas de trabalho. Neste sentido o que se observa é que ainda faltam políticas referentes à regulamentação das oficinas de trabalho, de geração de renda e das cooperativas, e que pode ser um fator limitante para o desenvolvimento deste recurso no país.

O caminho percorrido pelas oficinas de trabalho se iniciou associado aos grandes hospitais psiquiátricos, posteriormente se tornam anexas aos hospitais e depois se deslocaram para comunidade nos Centros de Convivência e Cooperativas. A partir daí, vêm se agregando a projetos de geração de renda e aliando-se às políticas de economia solidária e cooperativismo, mesmo na ausência de uma legislação específica para cuidar das condições de trabalho dos oficineiros.

A descrição teórica da evolução técnica das oficinas de trabalho não corresponde às condições

existentes nas diferentes regiões do país, mas é uma referência que pode servir de balizamento para os formuladores e gestores das políticas em saúde mental e reabilitação psicossocial.

REFERÊNCIAS

- [1] SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de Revisão Sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. Bras. Fisioter.**, São Carlos, jan/fev.,2007,11(1):83-89.
- [2] CORDEIRO, A. M.; OLIVEIRA, G. M. de; RENTEIRA, J. M.; GUIMARÃES, C. A.; Grupo de Estudos de Revisão Sistemática do Rio de Janeiro (GERS-Rio). Revisão Sistemática: uma Revisão Narrativa. **Rev. Comunicação Científica**, nov/dez,2007,34(6).
- [3] PASSOS, I. C. F. Cartografia da Publicação Brasileira em Saúde Mental: 1980-1996. **Rev. Psic. Teor. e Pesq.**, Brasília, set-dez,2003,19(3):231-239.
- [4] KANTORSKI, L. P. - A REFORMA PSIQUIÁTRICA - um estudo parcial acerca da produção científica. **Revista Eletrônica de Enfermagem (online)**, Goiânia, jul-dez.,2001,3(2). Disponível: <<http://www.fen.ufg.br/revista>>. Acesso em 20 maio 2009.
- [5] RUDDY, R.; MILNES, D. [Art therapy for schizophrenia or schizophrenia-like illnesses]. In: **Cochrane Database of Systematic Reviews**, 2, 2003. Chichester: John Wiley & Sons, Limited. CD003728.
- [6] KANTORSKI, L. P.; PITIÁ, A. C. A.; MIRON, V. L. A reforma psiquiátrica nas publicações da revista "Saúde em Debate" entre 1985 e 1995. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, 2002,4(2):03 - 09. Disponível em <<http://www.fen.ufg.br>>. Acesso em 29 out. 2008.
- [7] ABBASS, A. A.; HANCOCK, J. T.; HENDERSON, J.; KISELY, S. [Psicoterapias psicodinâmicas a curto prazo para transtornos mentales frecuentes]. (Cochrane Review). In: **La Biblioteca Cochrane Plus**, Issue 3, 2008. Oxford: Update Software.
- [8] RIBEIRO, R. C. F. Oficinas e redes sociais na reabilitação psicossocial. In COSTA, C. M.; FIGUEIREDO, A. C. (orgs.). **Oficinas Terapêuticas em Saúde Mental – sujeito, produção e cidadania**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.
- [9] MICHON, H; KETELAARS, D.; VAN WEEGHEL, J.; SMIT, F. [Accessibility of government-run sheltered workshops to people with psychiatric histories]. **Soc Psychiatry Psychiatr Epidemiol**, jun, 1998,33(6): 252-257.
- [10] ALCÂNTARA, L. C. de. Economia solidária e oficinas de trabalho na saúde mental. In MERHY, E. E.; AMARAL, H. (Orgs.) **A reforma psiquiátrica no cotidiano II**. São Paulo: Editora Hucitec, 1ed., 2007, 313p.
- [11] GALLETI, M. C. **Oficina em saúde mental: instrumento terapêutico ou intercessor clínico?** Goiânia: Ed. Da UCG, 2004, 146p.